



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009599-26.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação de direito autoral**
 Documento de Origem: **IP - 062/2014 - Delegacia de Investigações Gerais de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jhennifer Regina Ranieri**

Aos 02 de julho de 2015, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como da ré **JHENNIFER REGINA RANIERI**, acompanhada do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Odair Aparecido Camargo e André Luiz de Estefani, sendo a ré interrogada ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A denúncia é procedente. A ré admitiu que estava na posse dos dvd's piratas em seu estabelecimento comercial, para fins de venda. O laudo de fls. 13 comprova que o material era falsificado. Isto posto, requeiro a condenação da acusada nos termos da denúncia. Como é primária, poderá receber pena mínima, com substituição por pena restritiva de direito, sendo no caso a mais apropriada a pena pecuniária, em face da pouca gravidade do fato por ela praticado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a absolvição da acusada, nos seguintes termos. Primeiramente, a perícia por amostragem viola o artigo 543-C, do CPP, não sendo idônea para comprovar a materialidade do crime. Ademais, há falta de adequação típica uma vez que dvd's não podem ser objeto material previsto no artigo 184, § 2º, do CP. Além disso, não há fundamento para a intervenção penal, uma vez que esta deve ser a última ratio. A conduta pode ser reprimida por outra seara do Direito que não a penal. Sendo assim, considerando o princípio da intervenção mínima, subsidiariedade e fragmentariedade do Direito Penal, requer a absolvição pela atipicidade da conduta. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JHENNIFER REGINA RANIERI**, RG 43.156.665, qualificada nos autos, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 184, § 2º, do Código Penal, porque no dia 18 de fevereiro de 2014, por volta das 10:30h, no chamado Camelódromo situado na Rua Geminiano Costa, Box 40, Centro, nesta cidade, com o intuito de lucro, adquiriu, expôs a venda e tinha em depósito, 2.338 cópias de obra intelectual, em forma de DVDs de vários filmes, reproduzidas com violação dos direitos dos autores e sem expressa autorização destes. Segundo foi apurado, na ocasião, policiais civis receberam denúncia anônima de que no local estariam sendo vendidos CDs e DVDs falsos. Assim, no Camelódromo, onde são comercializados diversos produtos, no Box 40, de propriedade da denunciada, os policiais apreenderam as 2.338 cópias de DVDs; ao ser ouvida, Jhennifer admitiu que aquelas cópias estavam à venda. O laudo da polícia científica confirmou que as cópias apreendidas são falsas, ou seja, conhecidas como "piratas". Recebida a denúncia (fls. 56), a ré foi citada (fls. 66/67) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 69/70). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e a ré foi interrogada. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição sustentando a atipicidade do fato que foi imputado à ré. **É o relatório. DECIDO.** A ré é estabelecida na região comercial no local denominado “camelódromo” com um box onde comercializa mercadorias diversas. Policiais civis, recebendo denúncia, foram ao local e lá apreenderam 2338 dvd’s de filmes, reproduzidos com violação dos direitos dos autores. Tratava-se de material não autêntico, denominados de “piratas”, como indica a prova oral colhida e até mesmo pelas declarações da ré. O laudo pericial de fls. 12/13, mesmo tendo sido feito por amostragem, é suficiente para a demonstração da materialidade. A ré é confessa. Assim, estão demonstradas a autoria e materialidade. O fato é típico porque a ré mantinha em seu comércio, exposto à venda, cópias não autênticas de mídias reproduzidas dos direitos dos respectivos autores. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena à ré. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, que a ré é primária, fixo a pena no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo. Presentes os requisitos legais, substituo a pena restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social, e outra de dez dias-multa, no valor mínimo. **Condeno, pois, JHENNIFER REGINA RANIERI à pena de 2 (dois) anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a pena restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social, e outra de dez dias-multa, no valor mínimo, por ter transgredido o artigo 184, § 2º, do Código Penal.** Em caso de reconversão à pena primitiva, o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-la pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiária da justiça gratuita. Por último, destruam-se as mídias apreendidas caso esta providência ainda não tenha sido tomada. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉ: